

**HABEAS CORPUS Nº 548.243 - SP (2019/0355332-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : ISAC JOSE DE PAULA  
**ADVOGADO** : ISAC JOSÉ DE PAULA - MG059323  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WESLEY MOREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WESLEY MOREIRA, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu o pleito liminar formulado no HC n.º 2261945-09.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 22/06/2019, e denunciado como incurso no art. 33 c.c art. 40, inciso I, da Lei n.º 11.343/2006, porque transportou e forneceu a um adolescente "*74,1g de substância popularmente conhecida como maconha, acondicionadas em 75 porções, sem autorização e em desacordo com determinação legal*" (fl. 136). Na audiência de custódia, a sua detenção foi convertida em prisão preventiva (fls. 65-72). O pedido de liberdade provisória foi indeferido (fls. 193-194).

No dia 13/11/2019, o Juízo de primeiro grau julgou procedente a denúncia e condenou o Réu à pena de 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de reclusão, em regime fechado, e pagamento de 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) dias-multa.

Irresignada com a negativa do apelo em liberdade, a Defesa impetrou o *writ* originário.

# Superior Tribunal de Justiça

O pedido liminar foi indeferido (fl. 9).

Daí o presente *mandamus*, no qual o Impetrante aduz que o Paciente "*é primário, tem ocupação lícita, trabalha em dois empregos (um de manhã e outro à noite) profissional exemplar, tendo condições pessoais favoráveis que devem ser valoradas*" (fl. 6), motivo pelo qual faz jus a responder ao processo em liberdade.

É o relatório. Decido.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, o Desembargador Relator do Tribunal de origem indeferiu o pedido liminar, destacando que (fl. 9):

*"[...] a providência liminar em habeas corpus é excepcional, razão pela qual está reservada para os casos em que é flagrante o constrangimento ilegal, não sendo esta a hipótese dos autos. Ademais, a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*análise do preenchimento, ou não, dos requisitos legais autorizadores da medida pleiteada, revela-se inadequada à esfera de cognição sumária que distingue a presente fase do procedimento"*

Não observo, ao menos *primo ictu oculi*, nenhuma teratologia, mormente porque esta Corte Superior pacificou o entendimento de que a manutenção da custódia cautelar no momento da sentença condenatória, nos casos em que o Acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal, não requer fundamentação exaustiva, sendo suficiente ao entendimento de que permanecem inalterados os motivos que levaram à decretação da medida extrema em um primeiro momento, desde que estejam, de fato, preenchidos os requisitos legais do art. 312 do Código de Processo Penal.

A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiro à Corte impetrada a análise, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da instância *a quo*, mormente porque o *writ*, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora